

Causa do Povo

Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA - N° 48 - Maio de 2009

www.unipa.cjb.net / unipa_net@yahoo.com.br

R\$ 0,50

O 1º de Maio festivo e colaboracionista e a luta combativa dos trabalhadores contra as ofensivas do capital

O Primeiro de Maio é historicamente um dia de luta para os trabalhadores de todo o mundo, uma data que deve estar intimamente ligada ao cotidiano de mobilizações contra a exploração do capital, contra opressão de patrões e do Estado. Entretanto, no Brasil o 1º de Maio se transformou em um dia festa e showmícios que só servem para escamotear as reais condições de vida e trabalho da maior parte da população.

Do total de trabalhadores, 54% não têm direito a 13º salário, 55% não têm direito a férias e 30 milhões vivem sem emprego fixo. O país tem a segunda maior população de desempregados do mundo, com 11,454 milhões de pessoas (Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT). Com a crise econômica mundial, as previsões de entidades patronais é que em 2009, mais 365 mil brasileiros perderão seus empregos, elevando para 2,160 milhões o contingente de desempregados nas seis maiores regiões metropolitanas do país.

Apesar dessa situação, a resistência no Brasil à crise e às demissões não têm sido contundentes. As centrais sindicais governistas apresentam medidas anti-crise com o intuito de trazer para a arena política o próprio governo Lula e reforçá-lo, reafirmando o sindicalismo atrelado ao Estado alicerçado no colaboracionismo de classe e no corporativismo. Na mesma direção vai a CONLUTAS que não consegue romper com a perspectiva desenvolvimentista e não se diferencia das outras centrais. A solução para os trabalhadores não está na edição de medidas provisórias pelo governo, como querem tanto os governistas quanto partidos como PSOL e PSTU - cujas práticas oportunistas os têm conduzido cada vez mais ao colaboracionismo com as clas-

ses dominantes e no recuo frente às lutas que deveriam ser construídas de forma combativa.

Pelo Brasil, os atos pelo 1º de Maio refletiram a atual situação do movimento sindical e popular no país. Em meio aos ataques contra os trabalhadores, as centrais sindicais e demais entidades do movimento social não conseguem responder às investidas do capital exatamente por não terem como objetivo político a organização do proletariado na luta contra o capitalismo.

A CUT, que há muito tempo abandonou a luta de classes, colabora diretamente com o governo na implementação de medidas que retiram direitos dos

Bulgária, Letônia, Portugal, Alemanha, Irlanda) e da Ásia (China e Coreia do Sul), multidões compostas por estudantes e trabalhadores de vários setores da economia saíram às ruas, ocuparam fábricas, obstruíram estradas e enfrentaram os aparatos repressivos do Estado que defendem a burguesia.

Na Grécia, diante da retração econômica e do desemprego que está em torno de 12% e atinge principalmente os jovens, os trabalhadores saíram às ruas - ocuparam a Confederação Geral dos Trabalhadores e realizaram centenas de protestos. Na França, os trabalhadores promoveram duas greves gerais em menos de dois meses contra a recessão e o desemprego que atingiu no início de 2009, mais de 90 mil trabalhadores. A grande mobilização do setor público, tradicional na França nas convocações para as greves gerais, desta vez teve o marcante apoio de trabalhadores de empresas privadas, afetados pelas demissões e fechamentos de postos de trabalho.

As lutas travadas por esses trabalhadores devem ser tomadas como referências, pois são a única forma de garantir os empregos, ampliar direitos e somar

forças na mobilização contra a exploração capitalista. O capitalismo não se destruirá sozinho. Portanto, é determinante e urgente que o proletariado esteja organizado, consciente de seu papel histórico e se afirme enquanto sujeito social na destruição imediata do capitalismo e das estruturas de Estado, o que nos conduzirá então ao socialismo. Por isso, reafirmamos nosso compromisso de lutar incansavelmente pela organização classista dos trabalhadores, pelo apoio e solidariedade às suas lutas contra os patrões e governos e pela derrubada do capitalismo rumo à construção de uma sociedade sem classes.



1º de Maio no RJ - No centro da cidade, ato festivo da Conlutas/RJ(esquerda) / em Santa Cruz ato eleitoreiro do para-governismo promovendo candidatos do PSOL (direita)



trabalhadores e realizam acordos rebaixados com os patrões. Por isso, nada mais coerente que, assim como a CTB, a CUT tenha promovido shows e festas como forma de comemorar o Dia do Trabalhador. Já a CONLUTAS e a INTERSINDICAL realizaram atos, mas sem o caráter classista que pudesse demonstrar o descontentamento dos trabalhadores diante da precarização das relações de trabalho e da opressão impetrada pelo capital.

Ao contrário do que ocorre no Brasil, em várias partes do mundo assistimos a resistência combativa dos trabalhadores frente às ofensivas do capitalismo. Em vários países da Europa (Ucrânia, Espanha, Itália,

Pela construção do sindicalismo combativo!

Leia

ainda:

página 2 - O fortalecimento dos monopólios e da superexploração: efeitos da crise econômica global / O aprofundamento da linha liquidacionista da CONLUTAS

página 3 - Por um Congresso Nacional dos Estudantes à serviço das lutas! / A reforma do Ensino Superior no Brasil

página 4 - Greve de terceirizados no DF / Movimento petroleiro refém do governo!

O fortalecimento dos monopólios e da superexploração: efeitos da crise econômica global

Cerca de 7 meses depois de iniciada a crise financeira mundial, os seus efeitos globais e sobre o Brasil começam a ficar mais claros. Mesmo que não se possa fazer nenhum tipo de previsão definitiva sobre seus desdobramentos de longo prazo, já é possível perceber as diferenças dos impactos na Europa e América Latina, especialmente Brasil.

O quadro atual indica uma combinação de recessão e desemprego em escala global. As reações diversificadas na Europa, França e Grécia indicam que há um processo crescente de mobilização e radicalização. Nas projeções da ONU para 2009 o produto bruto mundial crescerá apenas um 1%, representando taxas abaixo dos anos anteriores. A recessão se combina com aumento do desemprego que cresce nas diversas regiões do mundo. Segundo a previsão da OIT serão 50 milhões a mais de desempregados no mundo chegando a um total de 230 milhões. No caso do Brasil, o IBGE indicou um crescimento de 8,2% para 8,5% nas regiões metropolitanas.

O problema é interpretar o que se passa por detrás dos supostos efeitos destrutivos da crise, e também o tipo de decisão empresarial que leva ao aumento do desemprego. A Volkswagen vai cortar durante o ano de 2009 todos os empregos temporários, que eram de 16.500 no mundo no final de 2008.

A montadora americana General Motors (GM) anunciou nos últimos dias que vai demitir dez mil empregados este ano em todo o mundo, reduzindo sua força de trabalho em cerca de 14%. No Brasil, o caso das demissões da EMBRAER é ainda mais emblemático. Apesar de distribuir 50 milhões para seus diretores em salários e participação nos lucros, manteve as demissões de 4.300 trabalhadores. Fica nítido que, pelo menos na sua fase atual, o desemprego gerado pela crise não é fruto dos impasses da "superprodução" sobre a economia capitalista, mas sim resultante da estratégia de adaptação toyotista, através da demissão dos trabalhadores temporários e precarizados.

No caso, as previsões indicam que ocorrerá uma redução no valor das fusões e aquisições e do número de operações realizadas por conta da redução de crédito que financia esses processos. Entretanto, devemos perceber que este cenário favorece exatamente o grande capital monopolista, ao possibilitar que ele absorva e concentre ainda mais capital. No Brasil, a concentração de capital irá se dar principalmente nas áreas mais afetadas pela crise econômica: financeira, construção civil, agronegócio e comércio varejista. Isso significa um fortalecimento de grandes empresas e do capital monopolista nesses setores. A fusão do Itaú com o Unibanco é um exemplo disso.

No mundo, as fusões e semi-estatizações de grandes bancos e fusões e aquisições das grandes montadoras, apenas confirma o processo de concentração de capital, que caminha cada vez mais rápido no sentido da formação de ultra-monopólios. Esse é o principal aspecto da crise: nos setores automotivo e bancário, avança um processo **ultra-monopolista de concentração de capital**. Ao mesmo tempo, consolida-se o mecanismo da precarização (por meio dos contratos temporários e sem direitos trabalhistas) como mecanismo estratégico do capital.

A crise configura-se então como uma crise de acumulação de capital. Fortalecem-se ao mesmo tempo a concentração de capital e os mecanismos da super-exploração. Para enfrentar a crise, é preciso perceber esses efeitos. É preciso ampliar a organização sindical até os trabalhadores em situação de precarização.

Uma das razões da força da mobilização sindical-popular na Grécia e na França (que se dão em parte como respostas as condições econômicas geradas pela crise), é o fato de que nesses países existe uma reorganização do movimento que possibilita a integração do setor super-explorado (especialmente os imigrantes e a juventude pobre) na organização da classe trabalhadora.

O aprofundamento da linha liquidacionista da CONLUTAS

Nos dias 19 a 21 de abril, foi realizado em São Paulo um Seminário organizado pela CONLUTAS, pelos setores da Intersindical atrelados ao PSOL (Enlace, C-Sol, APS), MTL, MAS, MTST/SP e Pastoral Operária Metropolitana (SP). O Seminário, que contou com 156 participantes, tinha por objetivo discutir a fusão entre a CONLUTAS e as correntes do PSOL ligadas ao movimento sindical e popular.

O discurso reformista do setor majoritário da CONLUTAS apresenta esse Seminário como o "esforço para a reorganização do movimento dos trabalhadores", entretanto o que observamos são as articulações político-partidárias que visam as eleições presidenciais de 2010, ou seja, utilizar o movimento sindical e popular como base de apoio da candidatura da Heloisa Helena.

Ao girar toda a sua política nessa "fusão" com as correntes do Intersindical o campo majoritário da

CONLUTAS liquida a Coordenação como proposta de Central de Classe alternativa ao governismo da CUT.



Plenária do 1º congresso da CONLUTAS (Betim-MG) em 2008 - aprofundamento do liquidacionismo continua em 2009

Essa é uma política que já nasce morta, pois o oportunismo do PSTU e do PSOL impossibilita a unidade desses setores na base do movimento:

na FASUBRA a oposição (Vamos à Luta) rachou: Intersindical de um lado, CONLUTAS de outro; nas eleições de março de 2009 do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro a Intersindical montou chapa com a CUT e com a CTB, isolando a CONLUTAS; nas eleições do SINDSPREV/SP o MTL não se uniu a CONLUTAS e a Intersindical; o mesmo corre no processo eleitoral do SEPE/RJ, onde CONLUTAS e a Intersindical estão em chapa diferente do MTL.

Não há dúvidas de que a reorganização do movimento sindical e popular não passa pelos acordos de cúpula dos partidos reformistas, mas sim pela ruptura com o governismo, pela construção do movimento pela base, pelo fortalecimento das oposições, pela eleição da ação direta como estratégia privilegiada de luta e pela defesa de um sindicalismo classista e combativo.

Por um Congresso Nacional dos Estudantes à serviço das lutas!

No dia 30 de janeiro ocorreu em Belém do Pará a plenária nacional de construção do Congresso Nacional dos Estudantes, que contou com cerca de 80 estudantes de diferentes estados, sendo o PSTU o setor majoritário.

Este congresso vem em um importante momento no qual a burguesia, com o discurso de crise econômica mundial, desfere ataques cada vez mais violentos à classe trabalhadora, resultando em milhares de demissões e flexibilização de direitos.

Com a juventude não vem sendo diferente, a implementação do REUNI faz parte do projeto burguês que visa o sucateamento progressivo das universidades públicas. E o aumento da precariedade nas escolas públicas se faz sentir com o governo, nesse início de ano, anunciando um corte de quase 1 bilhão de reais na educação.

Para piorar, o Congresso Nacional, através do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), está com um projeto, já aceito no Senado (em acordo com a UNE), que prevê a limitação em 40% da meia entrada cultural estudantil, a fabricação das carteiras pela casa da moeda e ainda garante o monopólio das carteiras de estudantes para UNE. O projeto também abre brecha para que todos os estudantes que estejam fora do ensino formal (fundamental, médio e superior) percam o direito à meia entrada.

A UNE, apesar de assinar o acordo que garante seu monopólio, se posiciona publicamente contra a limitação, atitude semelhante ao do ex-deputado e hoje senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) que votou a favor da Reforma da Previdência e participou do comitê contra a citada reforma, em uma descarada política oportunista.

Além da limitação, a juventude vem sofrendo neste começo de ano com o aumento da tarifa do transporte "público", em cidades como Belém, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Salvador e Rondônia. E em Fortaleza, a prefeita Luizianne Lins (PT) já anunciou o aumento para este ano.

Diante de tal conjuntura é necessário mais do que nunca a mobilização estudantil, através da ação direta, erguendo as bandeiras do passe livre para estudantes e desempregados e o controle do sistema de transportes pelos trabalhadores, na necessária aliança proletário-estudantil. As bandeiras só serão conquistadas através do protagonismo estudantil via ação direta nas ruas, com mobilização entre os setores explorados e na organização de base a partir dos locais de trabalho, estudo e moradia. Que os ricos paguem pela crise!

A estratégia centrista do setor majoritário

Infelizmente, a ação direta e a luta de base não é a estratégia adotada pelo setor majoritário do Congresso Nacional dos Estudantes.

Como sabemos, o setor majoritário dessa plenária tem como proposta a criação de uma nova entidade estudantil que possa reagrupar os setores anti-governistas. A nosso ver, não temos divergências com a criação de uma nova entidade estudantil, desde que a mesma seja reflexo da mobilização dos estudantes, algo que não está acontecendo, e não uma mera decisão de cúpula que deságua em burocratismo precoce. O que percebemos é a repetição da mesma estratégia de Frente de Esquerda que o PSTU usa tanto no meio sindical como no estudantil, tentando a união da Conlutas com a Intersindical e da Conlute com a FOE, que tem como consequência o rebaixamento das bandeiras. O que vemos é mais um caso de oportunismo do PSTU, com o discurso que a nova entidade irá garantir as lutas. Ora, o que irá garantir as lutas são as necessidades reais dos estudantes, como a luta contra o aumento da passagem ou contra a privatização da universidade via REUNI. O que precisamos é intensificar a luta de base para criar algo desse tipo e não o contrário, criar uma nova entidade para iniciar um processo de lutas!

Achamos que nesse momento de crise econômica o movimento estudantil deve estar ao lado da classe trabalhadora, acirrando as lutas, incentivando o rompimento com o governismo (UNE/CUT) e usando da ação direta estudantil e popular como método principal de luta. Na nossa análise o congresso pode ser um importante instrumento, nesse tão decisivo momento histórico, consolidando um calendário nacional de lutas e de união entre os setores revolucionários, com a possível criação de um bloco contra essa nova entidade oportunista.

A reforma do Ensino Superior no Brasil

O Governo Lula (PT) vem implementando a Reforma Universitária, mantendo as bases da política tucana, e mesmo da Ditadura Civil-Militar: expansão do setor privado, para atender aos interesses da nova burguesia no setor de serviços, e intensificação da relação empresa-universidade, para atender a Burguesia Industrial. O Governo Lula/PT dá continuidade à adequação da educação superior estatal à nova fase de reestruturação produtiva e aos interesses do imperialismo.

A reforma do Ensino Superior começou através de Medidas Provisórias, que posteriormente viraram leis devido aos conflitos e problemas internos do parlamento burguês. As principais medidas da reforma do ensino superior são: projeto de Parceria Público Privado (Lei 11079/2004); a legalização das fundações; o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), Lei 11096/2005, que paga às Universidades Privadas bolsa para estudantes pobres e ainda abona essas de pagarem impostos; o projeto de lei 3476/2004 (Lei de Inovação Tecnológica) que permite o acordo entre empresas e professores nas universidades e centro de pesquisa; o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), Lei 10861/2005, uma avaliação controlada pelo MEC para criar centros de excelências; ENADE, um novo Provão; os índices de classificação das universidades (CPC e IGC) e Projeto Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI),

A última medida anunciada foi a mudança do vestibular e adoção do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) como um único método de seleção, eis o "fim do vestibular", uma volta a "seleção unificada" da ditadura civil-militar (1964-1989). O MEC anunciou a substituição do processo seletivo descentralizado nas universidades públicas pelo ENEM, inspirado no processo seletivo americano, o Scholastic Assessment Test (SAT). De qualquer forma, reafirma-se um processo seletivo.

O modelo proposto pelo governo representa uma intensificação dos pressupostos meritocráticos e da ideologia do Capital Humano. Agora o aluno concorrerá nacionalmente, não apenas em uma instituição. Com isso haverá um ranking das melhores notas por curso e universidade, a partir de então o estudante optará pelo curso que estiver melhor nos índices de classificação (ranking) de universidades e cursos construídos pelo SINAES-ENADE.

A proposta do governo é "customizar" recursos, concentrando os supostos melhores alunos nacionalmente do Exame em algumas poucas universidades, com isso concentrará investimentos em alguns centros de excelências de pesquisa, já beneficiado pela avaliação do SINAES.

O novo sistema consegue a proeza de ser mais excludente. Novamente os jovens das favelas e periferias e filhos dos trabalhadores estarão fora. Aos pobres, o PROUNI e as Universidades Shopping-Center. Nas universidades públicas a intensificação da relação universidade-empresa dá continuidade ao modelo tecnicista da Ditadura e precariza cada vez mais o trabalho docente. Aos jovens que conseguem chegar ao ensino superior, em torno de 10% da faixa etária (2,6 milhões), é destinado um ensino universitário de péssima qualidade voltada exclusivamente para as exigências do capital.

Contribuição para o Causa do Povo:
Comitê Pró-Organização Anarquista no Ceará
pro.org.anarquista.ce@gmail.com
 Caixa Postal 2555/ CEP 60721-970 /Fortaleza-CE

Acesso livre já! Pela Universidade Popular!

Greve de terceirizados no DF

No Distrito Federal os terceirizados realizaram uma greve que durou seis dias, sendo iniciada em 1º de abril, reafirmada no dia 03/04 e terminada em assembléia no dia 07/04. Esta categoria é a expressão da precarização das relações de trabalho e seu atual estado de organização, um exemplo da fragmentação no movimento sindical. Os terceirizados são trabalhadores com baixíssimo rendimento salarial, muitas vezes recebendo abaixo do salário mínimo corrente, exercendo serviços intermediados por empresas privadas nos mais diversos órgãos. No DF é muito comum que os serviços de limpeza sejam organizados sob este regime de contratação. A pauta de reivindicação era reajuste salarial de 12% e tíquete-alimentação de R\$ 10, que era de R\$ 6,11. A proposta inicial dos patrões foi de 8,32 % de reajuste e tíquete-alimentação de R\$ 7.

O sindicato responsável por agremiar os terceirizados ("Sindserviços-DF" da CUT-DF) é um exemplo da forma fragmentária do sindicalismo corporativista: agremia sob o critério de ofício de modo a quebrar a unidade proletária que deveria fortalecer os sindicatos por ramos de produção. Este fato está diretamente ligado ao tipo de sindicalismo baseado na disputa aparatista, no parasitismo do imposto sindical etc.

Soma-se a este fato a estratégia do campo governista de sempre usar a base sindical como

meio de disputa eleitoral/parlamentar, no caso para uma oposição ao governo Arruda/DEM (como já se viu no exemplo da curta existência da "frente contra o aumento da Tarifa"). O fim da greve foi exemplo claro da insuficiência do sindicalismo cutista: após o movimento ser ameaçado pelo governador Arruda com a demissão dos grevistas (cancelamento dos contratos) e com a tentativa de atacá-lo com o dissídio coletivo, a direção do sindicato pactuou um acordo com os poderes executivo, judiciário e legislativo. Este acordo firmou como resultados objetivos piso salarial de R\$ 502 mais 10% de reajuste incidente em cada vencimento e tíquete alimentação de R\$ 8, metas aquém das inicialmente colocadas pelo movimento.

Diante de exemplos como desta greve, abraçada pela direção cutista por conta da necessidade inadiável dos terceirizados, deve ser prestada toda solidariedade às greves dos terceirizados, convocando assembléias unificadas de trabalhadores por local de trabalho, tirando calendários comuns de atividade como paralisações conjuntas e ocupações que forcem a patronal a aceitar as reivindicações. A unificação das lutas setoriais é importantíssima, como exemplo seria necessário unificar a luta dos terceirizados à dos servidores do governo do Distrito Federal que terão o salário congelado por tempo indeterminado



por conta da recente PL 1180.

Em síntese, devemos combater o método de organização divisionista da CUT e incorporar os terceirizados nos sindicatos dos mesmos ramos de produção e serviços sob a pauta de isonomia salarial e de direitos. É urgente a unificação das lutas setoriais como ensaio de greve geral em resposta à crise e privilegiando os métodos de ação-direta em lugar do reboquismo parlamentar e eleitoral.

Movimento petroleiro refém do governo!

O movimento petroleiro nacional encontra-se refém do oportunismo governista e paragovernista. A greve nacional dos trabalhadores da Petrobrás, que ocorreu entre os dias 23 e 27 de março, mostrou mais uma vez isso.

O movimento grevista foi realizado através de falácias, palavras de ordem vazias e desorganização proposital por parte das forças governistas (FUP/PT/PCdoB) e pelo seguidismo irrefletido dos para-governistas (PSOL e, no caso petroleiro, PSTU).

As reivindicações de maior participação nos lucros e de pagamento de horas-extras foram o mote da última greve. Foram apresentadas outras reivindicações como: "compromisso da Petrobrás em convencer as empresas contratadas a garantirem os postos de trabalho" e "mais segurança no trabalho", propostas que de tão vagas não poderiam ter outro resultado que promessas ainda mais vagas por parte da empresa.

Uma vez mais os trabalhadores terceirizados, grande massa de operários que mantém a produção da Petrobrás, foram excluídos do pro-

cesso de mobilização e da possibilidade de conquistas reais de direitos e melhoria das condições de trabalho.



Greve dos Petroleiros no Litoral Paulista - Refinaria Presidente Bernardes (Cubatão)

Como todas as outras mobilizações da FUP durante o governo Lula, esta greve transcorreu de forma teatralizada e parecendo combi-

nada com o RH da empresa, com data marcada para terminar e apelos informais constantes à não "radicalização" do movimento, que na prática contrariava a orientação inicial de tomada do controle da produção e ocupação dos postos de trabalho.

Sem dúvida, a greve é o caminho inevitável do movimento de trabalhadores que busca conquistar seus justos direitos contra a exploração dos patrões. Porém, o jogo de cartas marcadas entre a FUP e a direção da Petrobrás (ambas instrumentos do governo) não pode continuar a guiar o movimento petroleiro, sob pena deste continuar lutando apenas por migalhas para uma minoria, enquanto a deterioração das condições de trabalho dos terceirizados vai se ampliando. Para retomar seu papel histórico na luta, os operários devem rejeitar as divisões entre a organização de trabalhadores efetivos e terceirizados, impostas pela burocracia sindical hegemônica no movimento atualmente, e rechaçar o governismo da FUP de todas as formas, não aceitando suas capitulações vergonhosas a cada greve e mobilização.